

**Inclusão e permanência escolar das pessoas com deficiência: um panorama das escolas da Zona Urbana do Município de Itaperuna-RJ**

**Inclusion and permanence of people with disabilities at school: an overview of schools in the Urban Zone of the Municipality of Itaperuna-RJ**

**Inclusión y permanencia de las personas con discapacidad en la escuela: una visión general de las escuelas en la zona urbana del municipio de Itaperuna-RJ**

Recebido: 28/03/2020 | Revisado: 30/03/2020 | Aceito: 31/03/2020 | Publicado: 01/04/2020

**Ritchelle Teixeira de Souza**

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4128-6207>

Universidade Iguaçú, Brasil

E-mail: [riti.ts@hotmail.com](mailto:riti.ts@hotmail.com)

**Jean Carlos Miranda**

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9852-8812>

Universidade Federal Fluminense, Brasil

E-mail: [jeanmiranda@id.uff.br](mailto:jeanmiranda@id.uff.br)

**Resumo**

É premente a necessidade de discussão acerca da aplicabilidade dos dispositivos legais, consubstanciados nas condições ofertadas de inclusão e permanência escolar dos discentes com deficiência, contextualizada às questões locais de forma interdisciplinar e plural, visando a valorização das pessoas com deficiência. Nesse sentido, o presente trabalho objetiva apresentar e discutir o panorama da realidade escolar, no que concerne à Educação Inclusiva para pessoas com deficiência, nas 22 escolas municipais, da zona urbana do Município de Itaperuna-RJ. Para tal, fora utilizado um questionário acerca das principais exigências legais para inclusão e permanência escolar, considerando as leis, critérios regulamentares e normativos, respondido pela direção de cada uma das unidades escolares e os dados foram avaliados quantitativa e qualitativamente. Os resultados indicam que as práticas escolares inclusivas, nas escolas da zona urbana do Município de Itaperuna, têm coerência com os princípios e instrumentos normativos de proteção e atenção às pessoas com deficiência. Contudo, em que pese ainda ser uma demanda que requer revisão das políticas específicas e

das medidas/necessidades singulares, através de atendimento diferenciado, o Município se mostrou atento e compromissado com a inclusão das pessoas com deficiência em seu espaço escolar.

**Palavras-chave:** Inclusão; Pessoas com deficiência; Legislação.

### **Abstract**

There is an urgent need for discussion about the applicability of legal provisions, embodied in the conditions offered for inclusion and school permanence of students with disabilities, contextualized to local issues in an interdisciplinary and plural way, aiming at valuing people with disabilities. In this sense, the present work aims to present and discuss the panorama of the school reality, with regard to Inclusive Education for people with disabilities, in the 22 municipal schools, in the urban area of the Municipality of Itaperuna-RJ. To this end, a questionnaire about the main legal requirements for school inclusion and permanence was used, considering the laws, regulatory and normative criteria, answered by the management of each school unit and the data were evaluated quantitatively and qualitatively. The results indicate that inclusive school practices, in schools in the urban area of the Municipality of Itaperuna, are consistent with the normative principles and instruments of protection and care for people with disabilities. However, despite the fact that it is still a demand that requires revision of specific policies and singular measures / needs, through differentiated service, the Municipality was attentive and committed to the inclusion of people with disabilities in its school space.

**Keywords:** Inclusion; Disabled people; Legislation.

### **Resumen**

Existe una necesidad urgente de discusión sobre la aplicabilidad de las disposiciones legales, incorporadas en las condiciones ofrecidas para la inclusión y la permanencia escolar de los estudiantes con discapacidades, contextualizadas a los problemas locales de una manera interdisciplinaria y plural, con el objetivo de valorar a las personas con discapacidades. En este sentido, el presente trabajo tiene como objetivo presentar y debatir el panorama de la realidad escolar, con respecto a la Educación Inclusiva para personas con discapacidad, en las 22 escuelas municipales, en la zona urbana del Municipio de Itaperuna-RJ. Con este fin, se utilizó un cuestionario sobre los principales requisitos legales para la inclusión y permanencia escolar, considerando las leyes, los criterios regulatorios y normativos, respondidos por la administración de cada unidad escolar y los datos fueron evaluados cuantitativa y cualitativamente. Los resultados indican que las prácticas escolares inclusivas, en las escuelas de la zona urbana del municipio de Itaperuna, son consistentes con los principios normativos y los instrumentos de protección y atención a las personas con discapacidad. Sin embargo, a pesar de que todavía es una demanda que requiere la revisión de políticas específicas y medidas / necesidades

singulares, a través de un servicio diferenciado, el Municipio se ha mostrado atento y comprometido con la inclusión de las personas con discapacidad en su espacio escolar.

**Palabras clave:** Inclusión; Personas con discapacidad; Legislación.

## 1. Introdução

A abordagem temática do presente trabalho visa destacar a suma relevância da implementação de práticas de inclusão, fundada em uma filosofia que reconhece e valoriza a diversidade, porquanto, como bem ponderam Naujorks & Nenus (2001, p. 9) “a pesquisa, de um modo geral, só tem significado quando cumpre uma função social, contribui para modificar a realidade e propõe novos paradigmas”.

Ter-se-á que, em atento, não nos compete o cunho denunciatório do presente trabalho, mas a preocupação em traçar uma perspectiva e abordagem, que reconhecem que a Educação, sob um panorama sociológico, ideológico, cultural e político, não pressupõe a máxima de excelência. Porém, nos compete e favorece a perspectiva de que, a Educação Inclusiva, enquanto evolutiva, a despeito de processos em desenvolvimento de inclusão e permanência, persegue, ainda, a superação de muitos desafios.

O ideário de uma educação universal, igualitária e de qualidade, apesar de emergente, ainda pressupõe grave problema jurídico, sociológico e político. Nessa trajetória em favor de uma Educação para todos, percebe-se que, a Educação Inclusiva tem, gradativamente, buscado soluções e iniciativas, agraciando o que prevê a Constituição Federal de 1988, bem como, tantos outros diplomas legais e normativos, que perseguem a necessidade de reinventar, romper resistências e preconceitos, forte compromisso com a subjacente melhoria da qualidade da educação brasileira.

O papel da escola inclusiva, portanto, deve ser o de reconhecer as diferenças dos alunos diante do processo escolar e garantir a devida acolhida, a efetiva participação, progresso e humanização de todos os envolvidos, tarefa que não é fácil, tampouco imediata, já que a adoção dessas novas práticas requer redefinições, alternativas e práticas didáticas inovadoras.

Quanto aos termos que serão utilizados neste trabalho, preliminarmente, é preciso citar a “pessoa com deficiência”, por força da proposta do Senado Federal, que busca adequar o texto constitucional às definições da Convenção Internacional sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, da organização das Nações Unidas (ONU). Sucessivamente, o termo “Educação Inclusiva”, perfaz a conceituação da exaltação à diversidade, benéfica à

escolarização de todos; entendida pelo respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem e pela proposição de outras práticas pedagógicas, o que exige ruptura com o instituído na sociedade e, conseqüentemente, no sistema de ensino, não só preocupado com a inclusão, mas com a permanência escolar dos discentes com deficiências, sejam quais forem. Já o termo “Educação Especial” deve ser entendida como uma modalidade de ensino que atende somente as especificidades das deficiências no processo escolar, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino.

O educando com deficiência deve se tornar autônomo o suficiente a ponto de construir competências e habilidades para exercer a cidadania plena, através de práticas que auxiliem o seu desenvolvimento no meio social, já que emerge da educação as mudanças fundamentais necessárias. Como se persegue, a Educação Inclusiva requer, fundamentalmente, a reafirmação nos projetos educativos que a sustentam, conscientização e a revisão de práticas políticas, dos valores e mais humanização nas ações pedagógicas, sempre em um diálogo interdisciplinar. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo apresentar e discutir o panorama da realidade escolar no que concerne à Educação Inclusiva para pessoas com deficiência, na rede regular e pública, do Município de Itaperuna/RJ, delimitada à sua zona urbana.

## **2. Metodologia**

A fim de avaliar a situação das políticas públicas para Educação Inclusiva, no que tange à inclusão e permanência das pessoas com deficiência nas escolas da zona urbana da cidade de Itaperuna (região noroeste do Estado do Rio de Janeiro), foi aplicado um questionário fechado, composto por dezoito perguntas acerca das principais exigências legais para inclusão e permanência escolar, considerando leis, critérios regulamentares e normativos, consubstanciadas em regras básicas e de atendimento obrigatório (Quadro 1).

**Quadro 1-** Questionário aplicado às 22 escolas municipais da zona urbana da cidade de Itaperuna-RJ, a fim de avaliar a situação das políticas públicas para Educação Inclusiva.

Escola entrevistada: \_\_\_\_\_

Diretor(a) responsável: \_\_\_\_\_

Data da entrevista: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

1. Nesta escola existe aluno(s) com deficiência(s) matriculado(s)? ( ) sim ( ) não
2. Ele(s) é(são) inserido(s) em classe(s) regular(es), com os demais discentes? ( ) sim ( ) não
3. Há rampa(s) de acesso de no mínimo 80 cm de largura? ( ) sim ( ) não
4. As portas possuem um mínimo de 80 cm de largura, inclusive os elevadores (caso existam)? ( ) sim ( ) não
5. Os banheiros possuem barras de apoio e transferência, a 30 cm de altura em relação ao assento? ( ) sim ( ) não
6. As pias e bebedouros possuem seu acionamento a 80 cm de altura? ( ) sim ( ) não
7. Nas salas, a área de circulação permite rotação de 360°? ( ) sim ( ) não
8. As lousas possuem sua extremidade inferior a 90 cm do chão? ( ) sim ( ) não
9. O piso tátil está em toda a área de passagem dos alunos? ( ) sim ( ) não
10. Esta escola promove capacitação docente para o processo educacional das pessoas com deficiência? ( ) sim ( ) não
11. Algum material didático próprio é disponibilizado aos discentes com necessidades especiais? ( ) sim ( ) não
12. Esta escola utiliza a Libras? ( ) sim ( ) não
13. Esta escola utiliza o Braille? ( ) sim ( ) não
14. Esta escola possui algum mediador? ( ) sim ( ) não
15. Os docentes, em geral, possuem qualificação para atuarem na prática de ensino inclusiva? ( ) sim ( ) não
16. Há utilização de recursos tecnológicos nas práticas de ensino inclusivas, caso existam? ( ) sim ( ) não
17. Há interdisciplinaridade nas práticas de ensino inclusivas, caso existam? ( ) sim ( ) não
18. Nessa unidade escolar, há progressão escolar dos discentes com deficiências? ( ) sim ( ) não

Declaro a veracidade das informações prestadas.

Assinatura do(a) entrevistado(a): \_\_\_\_\_

Fonte: os autores.

Dessa forma, buscou-se reunir evidências de quais são os principais problemas existentes no contexto das escolas urbanas municipais da cidade, de forma a ratificar e discutir a relevância da implementação de políticas públicas adequadas, atuação gerencial, organizacional, relacional e pedagógica para a promoção de ações que sejam capazes de atender, de maneira eficaz, às necessidades escolares inclusivas das pessoas com deficiência.

Em 15 de maio de 2019, reunimo-nos com as direções de 16 (dezesesseis) das 22 (vinte duas) escolas municipais da zona urbana de Itaperuna, com o objetivo de apresentar-lhes a pesquisa e aplicarmos o questionário, com autorização da Secretaria Municipal de Educação de Itaperuna (SEMED) emitida pelo Núcleo de Ensino/Educação Especial. As direções das escolas faltantes responderam ao questionário por meio de e-mail; três escolas receberam vistas para avaliação *in loco*. Os dados obtidos foram avaliados de forma quantitativa e qualitativa.

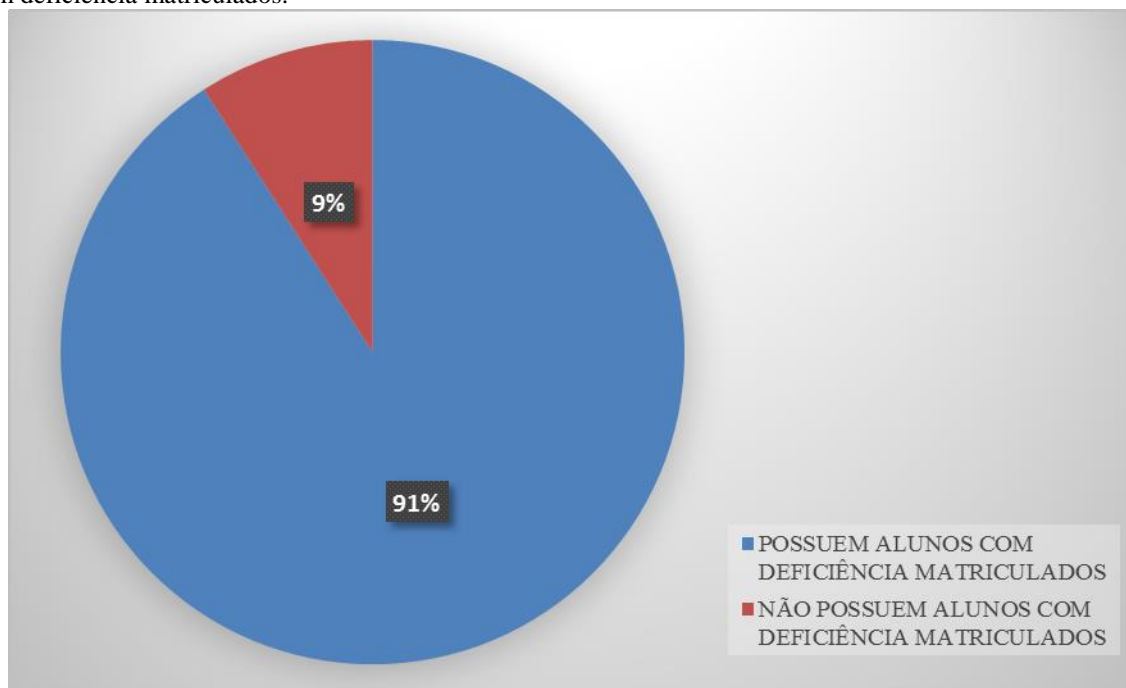
### **3. Resultados e Discussão**

No que tange ao processo inclusivo, Santos & Paulino (2008) salientam que os conceitos inclusão e exclusão são intrinsecamente ligados e, um não pode existir sem o outro, porque, em última instância, a inclusão é a luta contra exclusões. Dessa forma, se exclusões sempre existirão, a inclusão nunca poderá ser encarada como um fim em si mesmo, visto que, sempre é um processo. A Educação Inclusiva pressupõe um contexto de escola comum, que deixa de ser composta por um único sistema de ensino. Decorre de uma concepção comum que condiz com a responsabilidade de inclusão e reais condições de permanência escolar. Tal pretensão reconhece que as diferenças fazem parte da condição humana e, que as políticas educacionais devem pautar-se em novas práticas, atendendo a cada especificidade, garantindo, assim, o direito à educação para todos, indistintamente. No ideário de uma escola pública que seja para todos e de qualidade, a Constituição Federal, em seu artigo 211, define a competência da União, dos Estados e Municípios e estabelece a necessidade da organização de seus sistemas de ensino em regime de colaboração (Brasil, 1988).

O objetivo precípua da primeira pergunta do questionário (Nesta escola existe (m) aluno(s) com deficiência(s) matriculado(s)?) pretendeu apontar se afirmativa ou negativa a aplicabilidade do artigo 205, da Constituição Federal de 1988, que define a educação como um direito de todos, e garante o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e sua qualificação profissional. Ainda, de acordo com a Constituição Federal, em seu artigo 206, I, um dos princípios de ensino é a igualdade de condições de acesso e permanência na

escola. Portanto, a igualdade de condições de acesso e permanência na escola é tida como um princípio. A resposta obtida foi que 20 (vinte) das escolas entrevistadas possuem alunos com deficiência matriculados, ou seja, 91% (noventa um por cento) (Figura 1).

**Figura 1** - Percentual de escolas municipais da zona urbana da cidade de Itaperuna (RJ) que possuem alunos com deficiência matriculados.



Fonte: os autores.

Para elucidar o papel da escola na Educação Inclusiva de pessoas com deficiência, Anjos (2017) relata que a escola, enquanto responsável na formação do indivíduo, necessita acompanhar as mudanças da sociedade. A questão insere-se no contexto de discussões, cada vez mais em evidência, relativas à integração de pessoas portadoras de deficiências enquanto cidadãos, com seus respectivos direitos e deveres de participação e contribuição social. Os tempos estão mudando e, hoje, já se encontram nas salas de ensino regular muito alunos com deficiências sensoriais, físicas e/ou mentais, ao lado dos tipos “normais”. São as "escolas para todos", como a autora bem define, nas quais se reconhecem e se respeitam as diferenças, buscando promover a aprendizagem e atender às necessidades de iguais e desiguais.

O número de escolas do Município de Itaperuna que possuem pessoas com deficiência matriculadas é bem expressivo, considerando existir uma APAE (Associação de Pais de Amigos dos Excepcionais) na localidade, que oferece escolarização às pessoas com deficiência, até o ensino fundamental. A escola é o ambiente mais propício para as práticas de acolhimento e valorização das diferenças, pois como prevê o artigo 5º da CF/88, a igualdade

perante a lei é um direito de todos, sem distinção de qualquer natureza. Nessa perspectiva, a escola atrai para si uma responsabilidade de extrema relevância social, pois possibilita ao discente construir competências e habilidades para desenvolver-se, exercer cidadania plena e outras condições autônomas.

A segunda questão: (Ele(s) é (são) inserido(s) em classe(s) regular(es), com os demais discentes?) perseguiu apontar se o aluno com deficiência teria seu direito garantido à inserção na rede regular e pública de ensino, inspirada nos princípios da Declaração de Salamanca e o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece a obrigatoriedade de pessoas com deficiência e com qualquer necessidade especial de frequentar ambientes educacionais inclusivos. A Lei nº 7.853, aprovada em 1989 e regulamentada em 1999, determina a obrigatoriedade de todas as escolas em aceitar matrículas de alunos com deficiência, tipificando como crime a recusa a esse direito.

Todas as escolas que possuem alunos com deficiência matriculados, os incluem com os demais alunos. As respostas negativas a essa questão referem-se às escolas que não possuem alunos com deficiência matriculados.

Para fomentar a caracterização da escola enquanto inclusiva, Yoshida (2018, s.p.), preceitua que

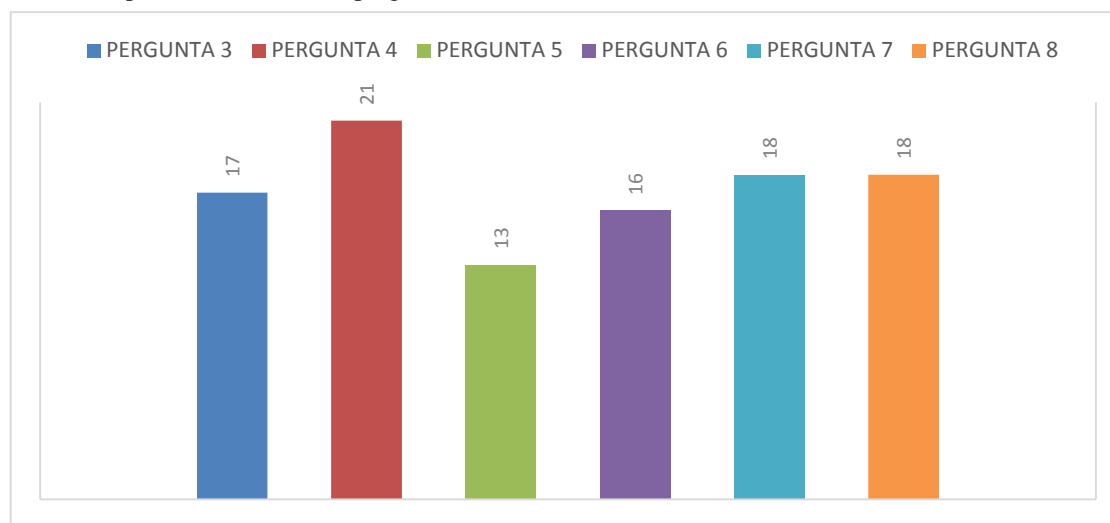
A escola inclusiva é aquela que abre espaço para todas as crianças, incluindo as que apresentam necessidades especiais. As crianças com deficiência têm direito à Educação em escola regular. No convívio com todos os alunos, a criança com deficiência deixa de ser “segregada” e sua acolhida pode contribuir muito para a construção de uma visão inclusiva. Garantir que o processo de inclusão possa fluir da melhor maneira é responsabilidade da equipe diretiva – formada pelo diretor, coordenador pedagógico, orientador e vice-diretor, quando houver – e para isso é importante que tenham conhecimento e condições para aplicá-lo no dia a dia da escola.

Para estimarmos quantas escolas do Município atendem às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR nº. 9050, referente à acessibilidade, formulamos dentre todos os critérios básicos e de cunho vinculante, apenas seis questões sobre as condições estruturais escolares. As respostas às questões três (Há rampa(s) de acesso de no mínimo 80 cm de largura?), quatro (As portas possuem um mínimo de 80 cm de largura, inclusive os elevadores (caso existam)?), cinco (Os banheiros possuem barras de apoio e transferência, a 30 cm de altura em relação ao assento?), seis (As pias e bebedouros possuem seu acionamento a 80 cm de altura?), sete (Nas salas, a área de circulação permite rotação de 360°?), oito (As lousas possuem sua extremidade inferior a 90 cm do chão?) e a nove (O piso tátil está em toda



a área de passagem dos alunos?) indicam que as escolas urbanas do Município, ainda não possuem total estrutura adequada e acessível (Figura 2).

**Figura 2** – Respostas afirmativas às perguntas 3 a 8.



Fonte: os autores.

Cabe ressaltar que todas as escolas indicaram ter algum tipo de problemas em relação ao piso tátil e, essa foi a resposta mais negativa que obtivemos, considerando que apenas 03 (três) das escolas entrevistadas afirmaram que, apesar de possuírem piso tátil, o mesmo não se encontra disponível em toda área de passagem de alunos. Quanto à questão, cabe frisar que a Secretaria de Educação do Município de Itaperuna, através de seu Diretório do Núcleo de Ensino/Educação Especial, dispôs que não havia, até 02/10/2019, aluno(s) com cegueira total matriculados em sua rede de ensino, somente alunos com baixa visão.

A norma da ABNT, em atento, estabelece critérios e parâmetros técnicos para a construção, adaptação e instalações próprias e indispensáveis à acessibilidade. Visa proporcionar a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção. Portanto, para serem considerados acessíveis todos os espaços, edificações, mobiliários e equipamentos urbanos que vierem a ser projetados, construídos, montados ou implantados, bem como as reformas e ampliações de edificações e equipamentos urbanos, atendem ao disposto (ABNT, 2015).

Extraímos do último Censo Escolar/INEP, informações sobre a infraestrutura do espaço escolar referente ao ano de 2018, que representam a realidade informada pela rede de ensino e suas escolas. Os dados do Censo Escolar são públicos e oficializados pelo Ministério

da Educação e englobam todas as escolas em âmbito nacional, públicas e privadas, rurais e urbanas. Os dados indicam que há no país 181.939 escolas, das quais 55.899 (30,7%) possuem dependências acessíveis aos portadores de deficiência e 74.878 escolas (41%) possuem sanitários acessíveis aos portadores de deficiência.

Conforme prescreve o “Manual de Acessibilidade Espacial para as escolas: o direito à escola acessível” (Brasil, 2009), emitido pelo Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Especial, é urgente cumprir as normas e a legislação de acessibilidade, e melhorar as condições de acesso e uso das escolas brasileiras, prevendo a necessidade de reformas das edificações existentes ou a construção de novas escolas, que sejam acessíveis. Essa urgência deve-se ao fato de que grande parte de nossas escolas funciona em edificações construídas anteriormente às exigências normativas, sem levar em consideração as necessidades peculiares das pessoas com deficiência. Para que isso ocorra, é necessária a concessão de verbas para realização de obras e a difusão de conhecimento técnico específico aos profissionais responsáveis pela avaliação, projeto, fiscalização e manutenção dos espaços escolares, já que as escolas devem atender a todos os usuários, igualmente, com características físicas distintas.

A fim de apurarmos quantas escolas capacitam seus docentes para possibilitar o processo escolar inclusivo, foi proposta a décima pergunta do questionário (Esta escola promove capacitação docente para o processo educacional das pessoas com deficiência?). Metade das escolas promovem capacitação para que seus docentes possam trabalhar com os discentes com deficiência. Alguns diretores entrevistados indicaram a promoção de cursos de capacitação, através da SEMED (Secretaria Municipal de Educação) de Itaperuna.

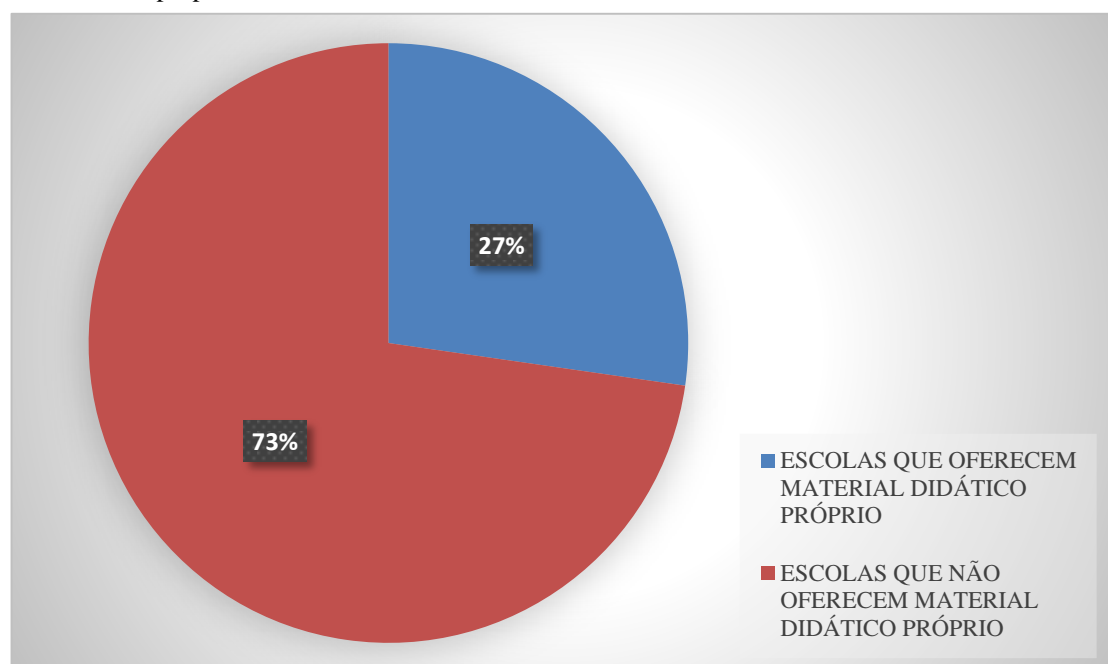
A importância dessa pergunta é referendar o que prevê a Constituição Federal/88, que garante às pessoas com deficiência o direito à educação de qualidade no ensino regular em instituições públicas. Entretanto, esse direito só pode ser garantido com apoio especializado, que ofereça aos professores orientações, qualificação e preparação.

A rigor, os textos legais concernentes prescrevem para os sistemas de ensino, organização curricular específica, utilização de métodos, técnicas e recursos educativos adequados e voltados para o atendimento educacional especializado. Paralelamente, no que se refere ao corpo docente, prevê um quadro de professores qualitativamente preparados para atuar junto a esses alunos, sugerindo à escola, quando for o caso, um compromisso com uma Educação Especial para o trabalho, e uma articulação com órgãos empregatícios com vistas à sua integração na vida em sociedade (Anjos, 2017). A abordagem da inclusão escolar é de suma relevância, pois a capacitação de professores pretende, essencialmente, a formação de

uma consciência crítica sobre o tema, de modo que o seu saber-fazer seja inerente à práxis do docente.

A décima primeira pergunta do questionário buscou verificar se “Algum material didático próprio é disponibilizado aos discentes com necessidades especiais?”. Obtivemos que apenas seis escolas (27%) dispunham de algum material didático próprio no processo escolar inclusivo (Figura 3).

**Figura 3** - Percentual de escolas municipais da zona urbana da cidade de Itaperuna (RJ) que oferecem material didático inclusivo próprio aos discentes com deficiência.



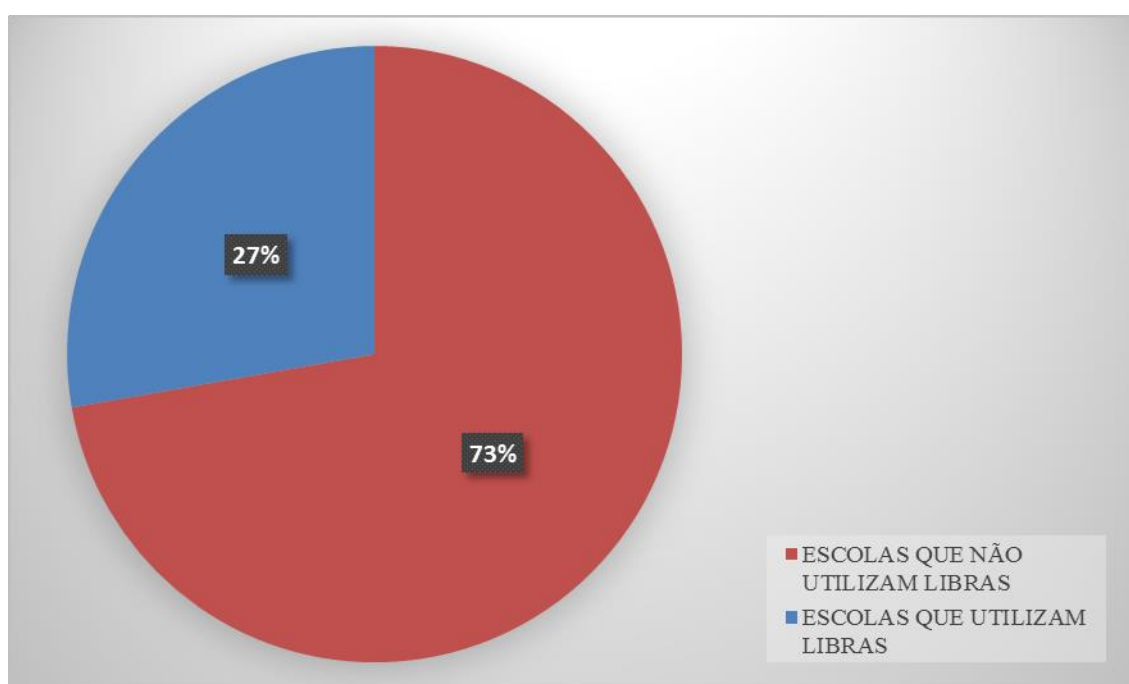
Fonte: os autores.

Como bem preceituam Cerqueira & Ferreira (1996, p. 24), “talvez em nenhuma outra forma de educação os recursos didáticos assumam tanta importância como na Educação Especial de pessoas deficientes”. Para os autores, recursos didáticos são todos os recursos físicos, utilizados com maior ou menor frequência em todas as disciplinas, áreas de estudo ou atividades, sejam quais forem as técnicas ou métodos empregados, que visam auxiliar o educando a realizar sua aprendizagem mais eficientemente, constituindo-se num meio facilitador, para incentivar ou possibilitar o processo ensino-aprendizagem, em que devem ser levados em conta problemas básicos que são, dentre outros, a dificuldade de contato dos deficientes com o ambiente físico; a carência de material adequado que pode conduzir a aprendizagem do deficiente visual a um mero verbalismo, desvinculado da realidade; a formação de conceitos que dependam do íntimo contato com as coisas do mundo; a

necessidade de motivação para a aprendizagem; o manuseio de diferentes materiais, que possibilita o treinamento da percepção tátil, facilitando a discriminação de detalhes e suscitando a realização de movimentos delicados com os dedos (Cerqueira & Ferreira, 1996).

A décima segunda pergunta do questionário buscou a obtenção de informações acerca da utilização da Libras no âmbito escolar do Município (Esta escola utiliza a Libras?). A Figura 4 aponta que apenas seis escolas (27%), do total de entrevistadas, utilizam Libras no processo de ensino para pessoas com deficiência, o que é um resultado negativo frente às justificáveis necessidades.

**Figura 4** - Percentual de escolas municipais da zona urbana da cidade de Itaperuna (RJ) que utilizam Libras.



Fonte: os autores.

Segundo Alvez, Ferreira & Damázio (2010, p.15),

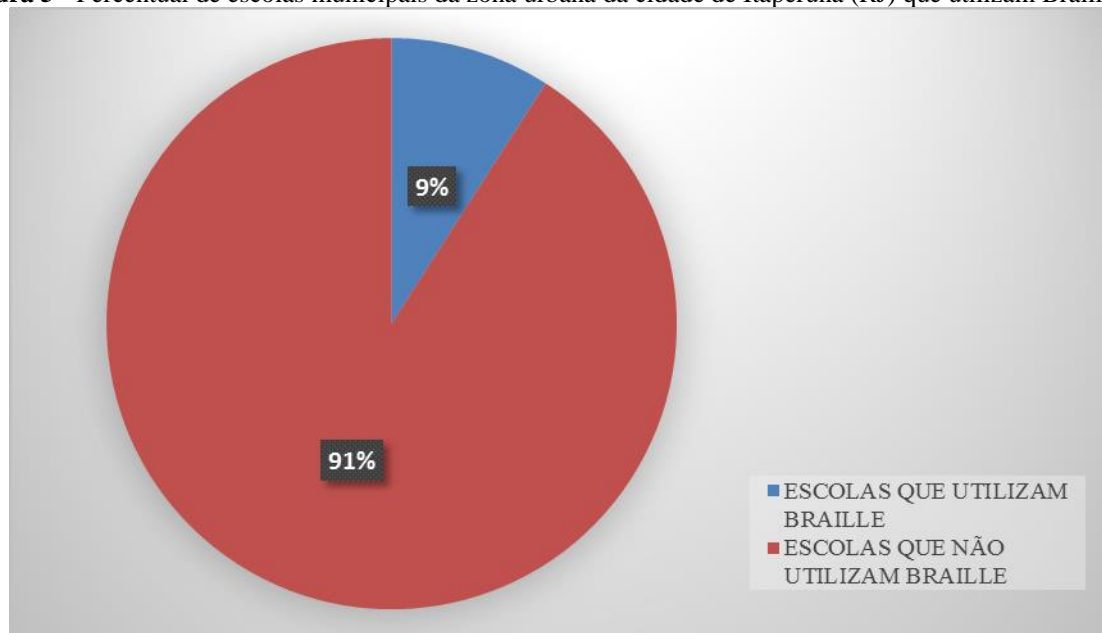
No Brasil, a Libras, reconhecida pela Lei 10.436/2002, é entendida como a forma de comunicação e expressão em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. Nos últimos anos, várias iniciativas foram criadas para promover o uso da Libras nas escolas, desenvolvendo práticas pedagógicas que favorecem o ensino dessa língua para as pessoas com surdez. Tais ações são necessárias, considerando a singularidade da língua de sinais e que esta não é usual na sociedade. Assim, um dos desafios das políticas públicas inclusivas para as escolas brasileiras é a construção de ambientes educacionais para o ensino da Libras, por meio de métodos adequados. É direito das pessoas surdas o acesso ao aprendizado da Libras desde a educação infantil para sua apropriação de maneira natural e ao longo das demais etapas da educação básica, com

a presença de um profissional habilitado, preferencialmente surdo. Essa habilitação para o ensino da Libras pode ser obtida por meio do exame Prolibras promovido pelo MEC/INEP, ou por meio do curso de licenciatura Letras/Libras.

A aprendizagem da língua de sinais exige a presença de profissionais habilitados e, para que isso seja possível, o governo prevê a organização de cursos de capacitação de educadores surdos e comunidade escolar, visando o aprendizado e difusão da Libras e também a formação de profissionais intérpretes para atuação escolar. Pondera-se que, tudo isso que está sendo previsto é primordial, pois se sabe que a Educação Inclusiva não acontecerá somente com atos legais (Anjos, 2017). Aponta-se, portanto, a necessidade de reformular as formas de conceber a escola e práticas pedagógicas lineares, sendo do modo de pensar e agir no que se refere à escolarização. O paradigma inclusivo não se coaduna com concepções que dicotomizam as pessoas com ou sem deficiência, visto que os seres humanos se igualam na diferença, refletida nas relações, experiências e interações. As pessoas com surdez não podem ser reduzidas à sua condição sensorial, desconsiderando as potencialidades que as integram a outros processos perceptuais, seres de consciência, pensamento e linguagem (Alves, Ferreira & Damázio, 2010).

A décima terceira pergunta do questionário buscou a obtenção da informações sobre a utilização do Braille no âmbito escolar do Município (Esta escola utiliza o Braille?). O resultado levantado aponta que apenas duas escolas (9%), utilizam o sistema Braille no seu processo educacional (Figura 5).

**Figura 5** - Percentual de escolas municipais da zona urbana da cidade de Itaperuna (RJ) que utilizam Braille.

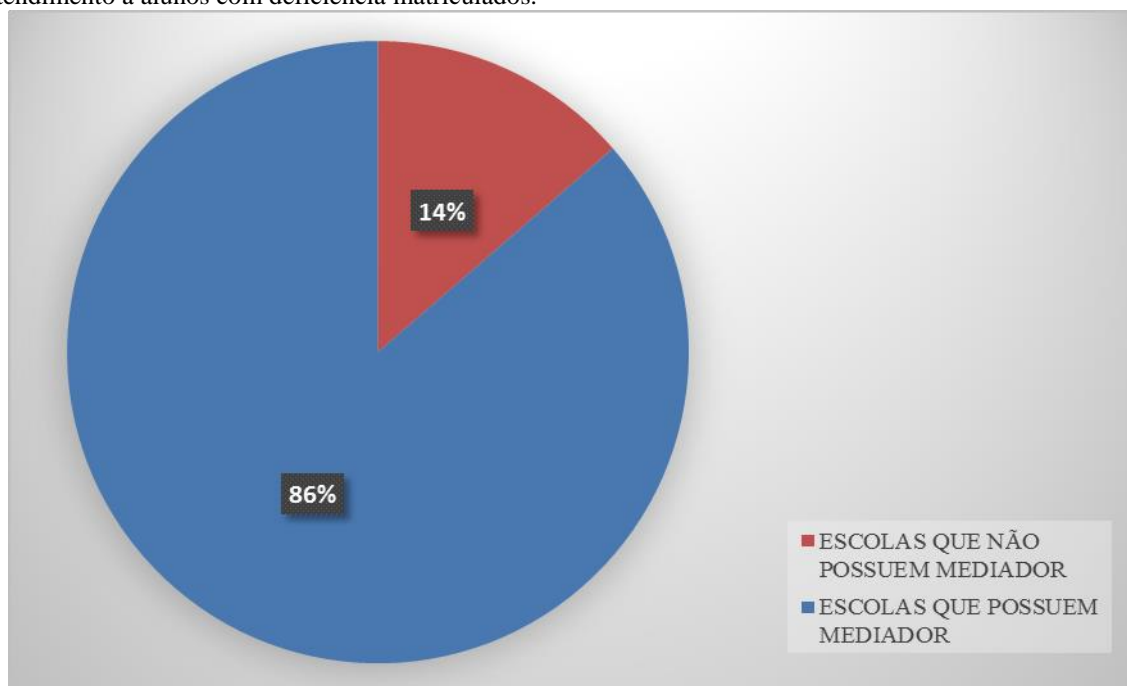


Fonte: os autores.

É sabido que esse sistema é considerado o mais completo, seguro e eficiente meio de acesso à educação e à informação para a pessoa cega. Portanto, a falta de acesso ao mesmo a limita, privando-a do acesso ao conhecimento e à cultura, que são elementos estruturais do progresso de uma nação e de promoção da cidadania (ADEVA, 2009). Destaca-se a importância desse sistema, considerando o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever, já que se figura um estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo, que tem como consequência de ter-se apropriado da escrita. Refere-se a reflexos políticos, econômicos, culturais para os indivíduos e grupos que se apropriam da escrita, fazendo com que esta se torne parte de suas vidas, como meio de expressão e de comunicação (Soares, 2003).

Para apurarmos quantas escolas possuem mediadores, foi proposta a décima quarta pergunta do questionário (Esta escola possui algum mediador?). Apenas três (14%), dentre as escolas que possuem alunos com deficiência matriculados, não possuem mediadores (Figura 6).

**Figura 6** - Percentual de escolas municipais da zona urbana da cidade de Itaperuna (RJ) que possuem mediador para atendimento a alunos com deficiência matriculados.



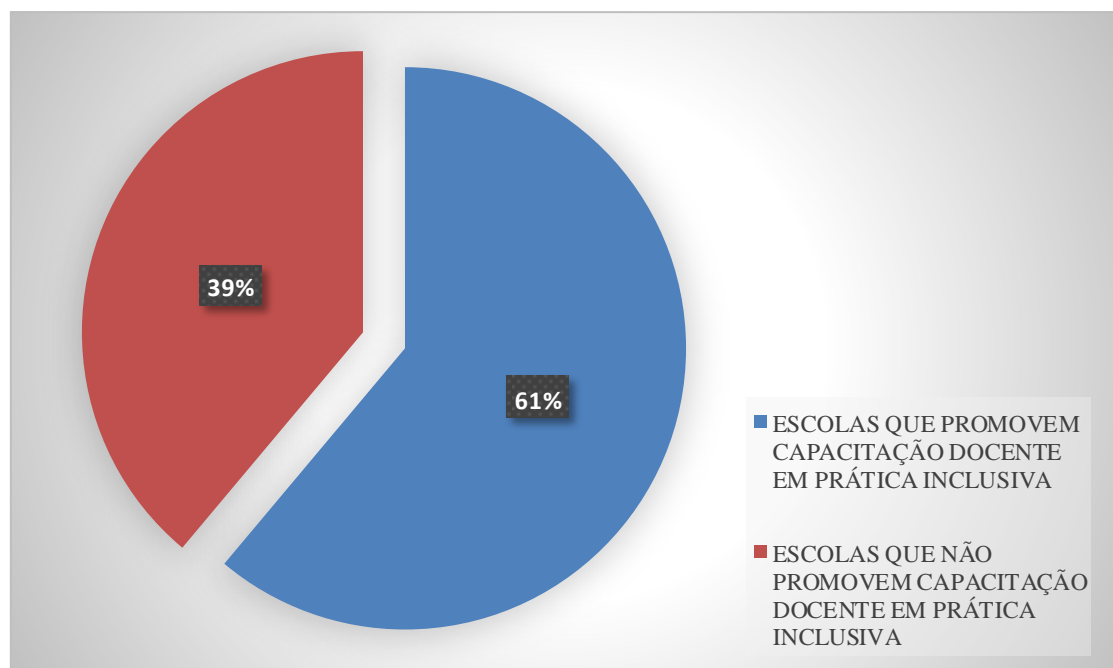
Fonte: os autores.

O processo de aprendizagem é intrínseco ao aprendiz, que num conjunto de relações entre suas ações, suas percepções, orientações, enxerga e adquire novas assimilações sobre o mundo. Com a colaboração de um mediador, o sujeito consegue contextualizar o que antes era

desconhecido, reconecta o novo conhecimento com suas experiências de vida, de trabalho e de estudo. Nesse caso, percebe-se que o aprendiz desenvolve-se. O mediador assume um importante papel da aprendizagem, para as relações sociais em que os alunos estarão inseridos, buscando estabelecer uma relação entre professor-aluno, em que haja a empatia e o diálogo, agindo em situações de dúvidas, medos, erros e incertezas, como um parceiro e/ou aliado. Deverá, também, estar munido dos conhecimentos específicos, tendo criatividade de sugestões e soluções de problemas (Masetto, 2013).

Para apurarmos quantas escolas promoveriam qualificação docente para a atuação na prática educacional inclusiva, foi proposta a décima quinta pergunta do questionário (Os docentes, em geral, possuem qualificação para atuarem na prática de ensino inclusiva?). Apuramos que treze das escolas (61%) do Município promovem algum tipo de capacitação docente para o processo Educacional inclusivo (Figura 7).

**Figura 7** - Percentual de escolas municipais da zona urbana da cidade de Itaperuna (RJ) que promovem capacitação docente em prática inclusiva.



Fonte: os autores.

Para atingir o objetivo de atender as necessidades de cada aprendiz, incentivando-o a aprender e desenvolver seu potencial, de acordo com sua necessidade particular, é sabido que o professor precisa ter sensibilidade e pensamento crítico a respeito de sua prática pedagógica. Isso significa a capacidade de conviver com os diferentes, superando os preconceitos em relação às minorias, assim como, estar preparado para adaptar-se às novas situações que ocorrerão em sala de aula. Para tanto, além das mudanças nos cursos de graduação, é

necessário também um programa de formação continuada, uma vez que a capacitação docente é primordial para uma prática de projeção inclusiva.

É necessário capacitar o professor e aceitar sua (in) disponibilidade para o trato com a diversidade. Dependendo da maneira como a inclusão é vista e ou realizada ela é exclusiva. Quando se pensa em inclusão, não se pode esquecer de relacionar a inclusão dentro de nossa realidade escolar que se caracteriza por uma estrutura montada para alunos comuns para desenvolver suas habilidades. É um sistema de ensino organizado por um currículo onde os conteúdos possuem uma sequência e complexidade segundo o desenvolvimento cognitivo e faixa etária destes alunos. Quando um aluno diferente deste padrão é incluído, é com este sistema que se depara cuja estrutura é pouco flexível, não oferecendo muita abertura para uma programação segundo as necessidades e ritmos específicos. E, como toda estrutura, seus componentes estão organizados dentro de uma rigidez, sendo que qualquer alteração mobiliza todos os componentes, gerando, assim, um desequilíbrio (Anjos, 2017, p. 3).

Por meio da décima sexta questão do questionário (Há utilização de recursos tecnológicos nas práticas de ensino inclusivas, caso ocorram?), apuramos que metade das escolas participantes da pesquisa utilizam recursos tecnológicos nas práticas de ensino inclusivas. As diretoras das escolas exemplificaram essas práticas inclusivas com a utilização de data show, televisão, DVD, aparelho de som, etc.

Para Moran, Masetto e Behrens (2000, p.53), “a internet é uma mídia que facilita a motivação dos alunos, pela novidade e pelas possibilidades inesgotáveis de pesquisa que oferece” e apontam ainda que

Cada vez mais poderoso em recursos, velocidade, programas e comunicação, o computador nos permite pesquisar, simular situações, testar conhecimentos específicos, descobrir novos conceitos, lugares, ideias. Produzir novos textos, avaliações, experiências. As possibilidades vão desde seguir algo pronto (tutorial), apoiar-se em algo semidesenhado para complementá-lo até criar algo diferente, sozinho ou com outros (Moran, Masetto & Behrens, 2000, p.44).

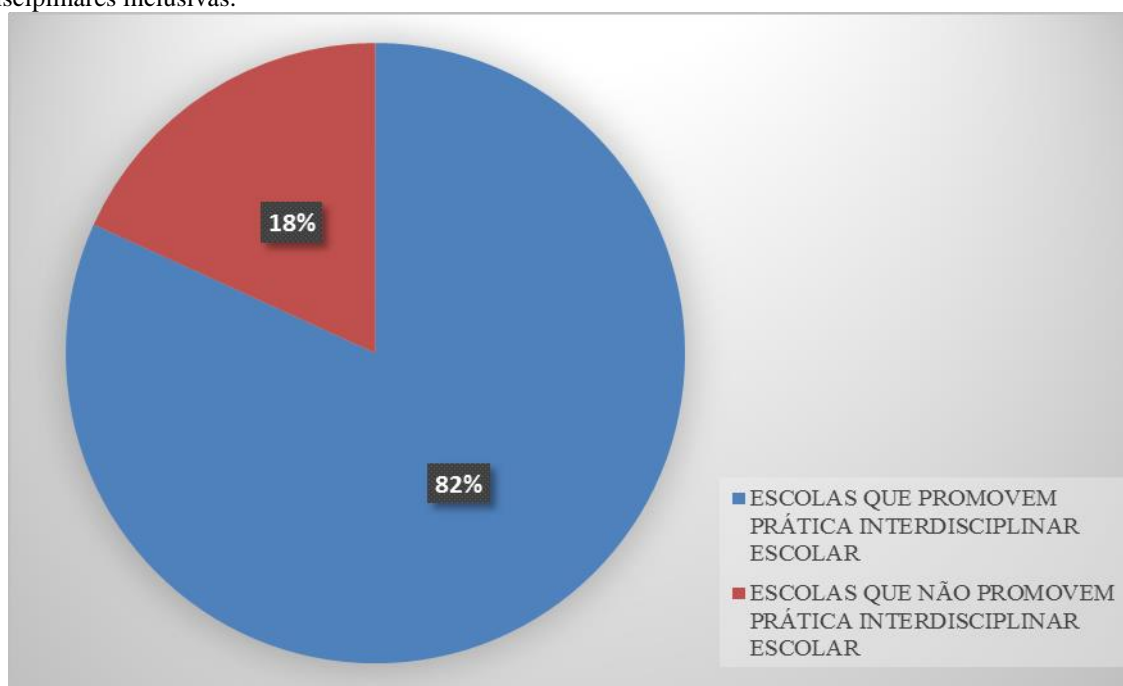
Para Melo & Pupo (2010), um aspecto importante de trabalhar com o acesso a sites e a produção de conteúdos para web, especialmente em ambientes inclusivos, é a acessibilidade. A acessibilidade na web envolve a percepção, a compreensão e a manipulação do conteúdo e dos elementos de interfaces de sites (e.g. links, campos de formulários, botões). Acessibilidade é condição para usabilidade (eficiência, eficácia e satisfação no uso) de um site para um determinado usuário, em um dado contexto de uso. Os professores devem estar atentos, portanto, a acessibilidade dos sites e das ferramentas que selecionam para realizar as atividades escolares. Ao produzirem conteúdos com seus alunos, também, devem promover a acessibilidade do material gerado.



Para apurarmos quantas escolas promovem o processo educacional inclusivo de forma interdisciplinar, foi proposta a décima sétima pergunta do questionário (Há interdisciplinaridade nas práticas de ensino inclusivas, caso ocorram?). Verificamos que dezoito escolas (82%) dentre as pesquisadas, conseguem promover a prática interdisciplinar nas práticas inclusivas de ensino (Figura 8). Algumas diretoras narraram que as escolas realizam projetos englobando todas as disciplinas, com base em temas atuais e do cotidiano dos alunos, e que conseguem realizá-los de forma inclusiva e interativa.

É importante frisar que o atendimento interdisciplinar a esses sujeitos é fundamental. Segundo Andrade (1995), com a prática interdisciplinar surge uma nova concepção de divisão do saber, frisando a interdependência, a interação, a comunicação existente entre as múltiplas disciplinas, o que propicia a integração do conhecimento num todo harmônico e significativo, garantindo-se, também, a significação do sujeito como um todo.

**Figura 8** - Percentual de escolas municipais da zona urbana da cidade de Itaperuna (RJ) com práticas interdisciplinares inclusivas.



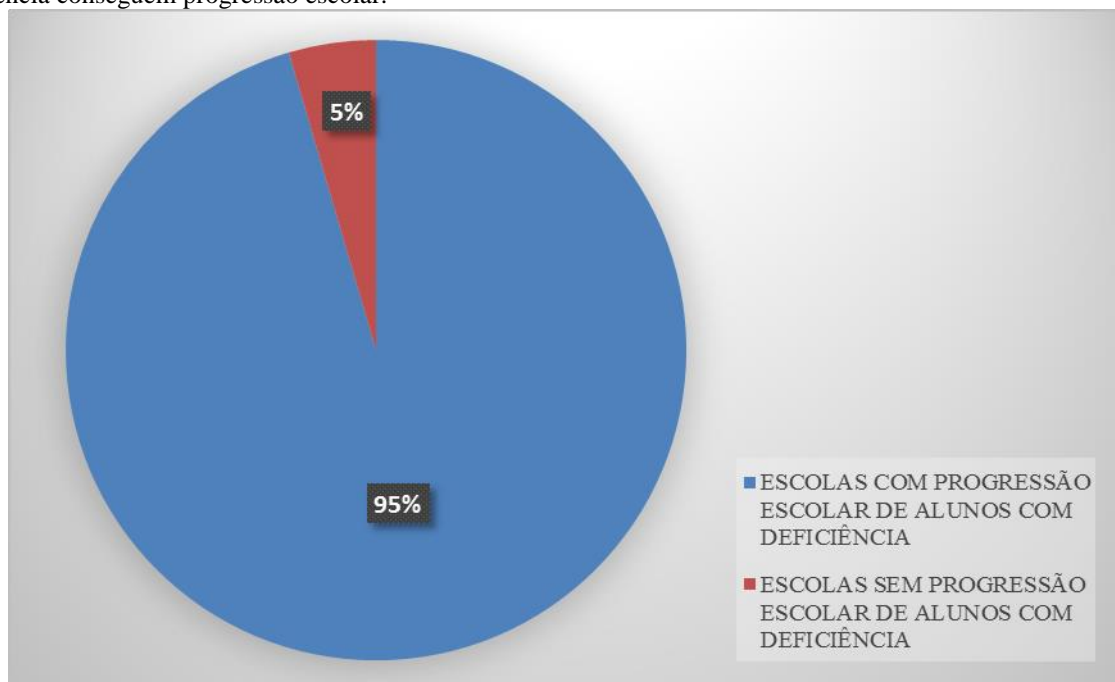
Fonte: os autores.

O processo de inclusão educacional é um desafio que demanda projetos e ações interdisciplinares e intersetorializadas, tendo em vista que esse processo não se sustenta apenas nas ações do professor em sala de aula, mas de uma cadeia de cuidados e a troca de saberes entre os profissionais que atuam nos segmentos dessa cadeia (Cárnio et al., 2012). O docente precisa estar dotado de competências e habilidades específicas sobre o processo de inclusão, a fim de articulá-las direta, interdisciplinar e transversalmente nas disciplinas com as

quais trabalha, de forma que favoreça o processo, coletivamente, diante da necessidade de adaptação dos métodos, recursos e práticas didáticas cada vez mais inclusivas.

Quanto à última pergunta do questionário (Nessa unidade escolar, há progressão escolar dos discentes com deficiências?), obtivemos que apenas uma das escolas participantes (5%), dentre as que possuem aluno(s) com deficiência(s) matriculado(s), afirmou que o(s) aluno(s) com deficiência(s) não conseguiu/conseguiram progressão escolar (Figura 9).

**Figura 9** - Percentual de escolas municipais da zona urbana da cidade de Itaperuna (RJ) em que os alunos com deficiência conseguem progressão escolar.



Fonte: os autores.

Observa-se que as práticas escolares inclusivas, nas escolas municipais da zona urbana do Município de Itaperuna, têm coerência com os princípios e instrumentos normativos de proteção e atenção às pessoas com deficiência. Em que pese ainda ser uma demanda que requer revisão das políticas específicas e das medidas/necessidades singulares, através de atendimento diferenciado, o Município se mostrou atento e compromissado com a inclusão das pessoas com deficiência em seu espaço escolar, o que justifica o percentual baixo de alunos que não conseguiram a progressão escolar.

Os presentes resultados foram apresentados à Secretaria Municipal de Educação de Itaperuna (SEMED), que, em devolutiva, emitiu parecer ressaltando que, tem buscado reestruturar-se, frente aos desafios do processo escolar inclusivo. A SEMED ratificou a importância da formação docente e da elaboração de Projetos Curriculares de Educação

Inclusiva, com metas e propostas específicas.

#### **4. Considerações Finais**

A escola das diferenças é a escola da perspectiva inclusiva. A Educação tem como mote questionar, contrapor, discutir e reconstruir as práticas que, ainda, têm mantido a exclusão. A escola se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educacional e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas, o que não é fácil e de imediata adoção, pois dependem de mudanças que vão além dos espaços escolares. Para que essa escola possa se concretizar, é patente a necessidade de atualização e desenvolvimento de novos conceitos, assim como, a redefinição, a aplicação de alternativas e práticas pedagógicas e educacionais compatíveis com a inclusão (Ropoli et al., 2010).

O papel do docente é o do reconhecimento de que os alunos aprendem segundo suas capacidades. Acolher as diferenças terá sentido para o professor e fará com que ele rompa com seus posicionamentos sobre o desempenho escolar padronizado e homogêneo, o que será possível a partir de uma experiência que lhe perpassa a existência. O professor, então, desempenhará o seu papel formador, que não se restringe a ensinar somente a uma parcela dos alunos, que conseguem atingir o desempenho exemplar esperado; ele ensina a todos, indistintamente.

Destaca-se que, dentre os recursos e instrumentos inclusivos avançados, como o Braille e a Libras, o mediador escolar, que provém da patente necessidade de práticas que coadunem com a inclusão, não podemos nos abster de citar as salas multifuncionais e outras estratégias singulares, ante às experiências do cotidiano escolar, reconhecendo que são múltiplas as necessidades e limitações discentes, visando sempre a mitigação da segregação e discriminação, quiçá, da tão idealizada igualdade de acesso, permanência e desenvolvimento das pessoas com deficiência.

Constata-se que a escola desempenha um papel ambíguo frente à diversidade: de um lado, abriu as portas aos alunos com necessidades especiais; de outro, não se preparou para isso o quanto deveria, sendo que a Educação Especial não deve ser um sistema isolado/paralelo, mas deve ser parte integrante do Sistema Geral de Educação. Ela deve fluir nos diferentes níveis e graus de Ensino, e contribuir para a aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, evitando a reprovação e a evasão escolar (Anjos, 2017). Como bem pondera Rodrigues (2003), a Educação Inclusiva recusa a segregação e pretende que a escola não seja

só universal no acesso, mas, igualmente, no sucesso.

Para Mantoan (2003), é preciso inovação, muitas vezes, com a concretização do óbvio, do simples, do que é possível fazer, mas que precisa ser desvelado, para ser compreendido por todos e aceito sem muitas resistências. As redes de ensino que resolverem adotar medidas inclusivas, de organização escolar, precisarão de mudanças que, podem ser observadas sob três ângulos: o dos desafios provocados por essa inovação; o das ações no sentido de efetivação nas turmas escolares, que inclui o trabalho de formação de professores; e, finalmente, o das perspectivas que se abrem à educação escolar, a partir da implementação de projetos de inclusão. Se a pretensão é uma escola que seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação, voltada para a cidadania global, de forma plena, livre de preconceitos, que reconheça e valorize as diferenças.

É premente rever a educação escolar, segundo novos paradigmas, preceitos, ferramentas, tecnologias educacionais, sem subterfúgios teóricos, distorções propositais do conceito de inclusão, condicionada à capacidade intelectual, social e cultural dos alunos, para atender às expectativas e exigências escolares. A duras penas, é precípua combater a descrença e o pessimismo dos acomodados e mostrar que a inclusão é uma grande oportunidade para que todos os envolvidos possam demonstrar as suas competências, poderes e responsabilidades educacionais. É essencial que todos os investimentos atuais e futuros da educação brasileira reconheçam, verdadeiramente, o papel da escola e de seus educadores, ao ensinar a importância da diversidade em todas as suas manifestações (Mantoan, 2002).

A Educação Inclusiva concebe a escola como um espaço de todos, indistintamente, no qual os discentes constroem o conhecimento segundo suas capacidades, expressam suas ideias, participam ativamente das tarefas de ensino e se desenvolvem como cidadãos, nas suas próprias diferenças. Nas escolas inclusivas, não se admitem padronizações que identificam os alunos como especiais ou normais; todos se igualam pelas suas diferenças. Dessa forma, a escola estará coadunando com o seu papel formador, integrador e inovador.

## **Referências**

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - NBR 9050:2015. (2015) Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro.

ADEVA – Associação de deficientes visuais e amigos. Acesso em 29 de junho de 2019, em <http://www.adeva.org.br/braile.php>.

Andrade, R.C. (1995). Interdisciplinaridade: um novo paradigma curricular. In: Goulart, I.B. (Org.). A educação na perspectiva construtivista: reflexões de uma equipe interdisciplinar. Rio de Janeiro: Vozes.

Anjos, A.D. (2017). A Importância da Educação Especial e sua Inclusão. Acesso em 30 de junho de 2019, em <http://www.pedagogia.com.br/artigos/educacaoespecialinclusao>.

Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.

Brasil. (2009). Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas: o direito à escola acessível.

Brasília: Ministério da Educação– Secretaria de Educação Especial.

Cárnio, M.S., Berberian, A.P.; Trenche, M.C.B.; Giroto, C.R.M. (2012). Escola em tempo de inclusão: ensino comum, Educação Especial e ação do Fonoaudiólogo. Revista Distúrbio de Comunicação, v. 24, n. 2, p. 249-256.

Cerqueira, J.B.; Ferreira, E.M.B. (1996). Os recursos didáticos na Educação Especial. Rio de Janeiro: Revista Benjamin Constant, n. 5, p. 15-20.

Alves, C.B.; Ferreira, J.P.; Damázio, M.M. (2010). A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Abordagem Bilíngue na Escolarização de Pessoas Com Surdez. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial/Universidade Federal do Ceará.

Mantoan, M.T.E. (2003). Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Editora Moderna.

Mantoan, M.T.E. (2002). A Educação Especial no Brasil – da exclusão à inclusão escolar. Faculdade de Educação Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2002. Acesso em 01 de agosto de 2019, em <http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta1.3.htm>.

Masetto, M. (2013) Mediação pedagógica e tecnologias de informação e comunicação. In: Moran, José M.; Masetto, M.T.; Behrens, M.A. (Org.) Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas: Papirus.

Melo, A.M.; Pupo, D.T. (2010). A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar Livro Acessível e Informática Acessível. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial/Universidade Federal do Ceará.

Moran, J.M.; Masetto, M.T.; Behrens, M.A. (2000). Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas: Papirus.

Naujorks, M.I.; Sobrinho, F.P.N. (2001). Pesquisa em Educação Especial. São Paulo: EDUSC.

Rodrigues, D. (2003). A Educação Física perante a Educação Inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas. Boletim da Sociedade Portuguesa de Educação Física, n. 24-25, p. 73-81.

Ropoli, E.A.; Mantoan, M.T.E.; Santos, M.T.C.T; Machado, R. (2010). A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: A Escola Comum Inclusiva. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial/Universidade Federal do Ceará.

Santos, M.P.; Paulino, M.M. (2008). Inclusão em Educação: Culturas, políticas e práticas. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

Soares, M. (2003). Letramento - um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica.

Yoshida, S. Desafios na inclusão dos alunos com deficiência na escola. (2018). Acesso em 04 de julho de 2019, em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1972/desafios-na-inclusao-dos-alunos-com-deficiencia-na-escola-publica>.

#### **Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito**

Ritchelle Teixeira de Souza – 65%

Jean Carlos Miranda – 35%